Gac Sanit. 2025;39(S2):730

Gaceta Sanitaria

https://www.gacetasanitaria.org

148 - AÇÕES ASSISTENCIAS E DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA DETECÇÃO DE TUBERCULOSE E VÍRUS DE IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NAS PRISÕES DA PROVÍNCIA DE GAZA, MOÇAMBIQUE

I. Vilichane, T. Heringer, K. Ely, A. Mabjaia, Q. Amburete, E. Ricardo, I. Fronteira, A. Valim, L. Possuelo

Santa Cruz do Sul-UNISC, Postgraduate program in health promotion (PPGPS) Rio Grande do Sul; Gaza, Mozambique, Provincial Health Services (SPS); NOVA National School of Public Health, Public Health Research Centre, Comprehensive Health Research Center, CHRC, REAL, CCAL, NOVA University Lisbon.

Resumen

Antecedentes/Objetivos: As pessoas na prisão mantêm o direito fundamental à saúde. A população privada de liberdade (PPL) muitas vezes chega à prisão com problemas de saúde, incluindo condições médicas não tratadas ou não diagnosticadas. A falta de assistência médica nas prisões faz com que esses problemas se agravem, originado, muitas vezes, novos problemas de saúde entre a PPL, entre funcionários que trabalham nas prisões e entre familiares Objectivo: Descrever as acções assistências e de vigilância em saúde para detecção de TB e HIV em Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) nas prisões de Moçambique.

Métodos: Estudo quantitativo transversal analítico realizado na província de Gaza, Moçambique nos distritos de Xai-xai, Chongoene e Mabalane. Foram incluídos no estudo profissionais de saúde (PS) e agentes penitenciários (AP). Foram realizadas análises descritivas, uni variadas e bivariadas referentes às infraestruturas e rede de fluxos. Foram considerados significativos os valores de $p < 0,05$.

Resultados: Foram convidados para participar no estudo 100 profissionais de saúde (PS) e agentes penitenciários (AP) sendo que, ao todo 81 (81%) responderam o questionário. Destes, 64,2% (n = 52) eram PS e 35,8% (n = 29) AP. A maioria dos participantes (n = 75; 92,5%) consideravam que os centros de saúde das unidades prisionais não possuíam um local adequado para a colheita de expetoração. Quanto ao acesso aos serviços especializados para tratamento da TB e do HIV, 47 (58,0%) e 41 (50,6%) dos participantes conheciam a existência destes serviços, respetivamente. Todos os profissionais (100%) mencionaram não existir um fluxograma para a transferência da PPL em tratamento para TB e/ou HIV e que a testagem para essas doenças não era realizada no momento do ingresso na instituição prisional.

Conclusões/Recomendações: O estudo evidenciou a necessidade de aprimorar os fluxos de transferência da PPL em tratamento para TB e HIV, bem como de implementar a triagem para doenças infectocontagiosas à entrada no sistema prisional.

0213-9111 © 2025 SESPAS. Publicado por Elsevier España, S.L.U. Todos los derechos reservados